

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

ANEXO - I
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA
GERÊNCIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 015/2019

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia na SUREG SC e UA. Herval d'Oeste

1. OBJETO

1.1. A presente contratação tem como objetivo a prestação Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, (fixo-fixo e fixo-móvel) modalidades local e longa distância, para atender às necessidades de telecomunicações da Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José e UA. Herval D'Oeste-SC, em regime de empreitada por preço unitário, conforme a quantidade, especificações e condições constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

Item	ESPECIFICAÇÃO
a	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade LOCAL , para chamadas originadas em linhas diretas não residenciais utilizadas pela Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José , cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP (Sistema de Telefonia Móvel Pessoal), localizados na mesma área local definida pelo Plano Geral de Outorgas da Anatel(VC1 e Degrau 1), para chamadas intra e extra-rede, conectadas a Central telefônica digital, marca AVAYA, com capacidade para 96 ramais com a utilização de 50 ramais. Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) de LONGA DISTÂNCIA (Degraus 2, 3 e 4, VC 2 e VC 3), com origem das chamadas em terminais do STFC utilizados pela Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José-SC , cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP. Prestação através de link E1 Digital R2 de 2mb e numeração DDR.
b	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) de LONGA DISTÂNCIA (Degraus 2, 3 e 4, VC2 e VC3) , com origem das chamadas em terminais do STFC utilizados pela Unidade de Herval D'Oeste-SC, situada no município de Herval D'Oeste-SC , cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP (Sistema de telefonia Móvel Pessoal). Com prestação através de DDR, para 5 ramais.

1 1.2. Não foi realizado o agrupamento dos itens/lotos correspondentes, para a realização do Pregão Eletrônico, de forma a não consubstanciar restrição ao caráter competitivo do referido certame licitatório. Uma vez que podem existir operadores que atuem em apenas uma das regiões, podendo participar do certame para um dos itens.

1.3. O objeto desta licitação está enquadrado como serviço comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o §1, do artigo 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 que regulamento o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº Decreto Nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalmente e subordinação direta.

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local, link E1R2, 2MB, digital e linhas diretas, Longa Distância Nacional – LDN, com Discagem Direta a Ramal – DDR (incluindo a portabilidade numérica) pelo período de 30(trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período totalizando 60(sessenta) meses, para atender a Sede da CONAB-SC e as Unidades Armazenadoras de São José e Herval D'Oeste-SC, é imprescindível em face da necessidade permanente de comunicação com o público externo no desenvolvimento das atividades institucionais.

2.2. A presente contratação objetiva ainda, proporcionar a continuidade dos serviços de telefonia fixa comutada, visto que o contrato aditivo em vigor referente ao processo 21215.000031/2014-29, finda em 20/05/2019.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas as definições que se seguem:

- I. **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade Local:** estão compreendidas nessa modalidade as chamadas realizadas entre acessos do STFC situados na mesma área local; entre acessos do STFC situados em localidades que compõem uma área com continuidade urbana, mesmo que localizadas em áreas locais distintas; e originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou Serviço Móvel Especializado (SME), cuja área de registro é idêntica à área de numeração do acesso de origem;
- II. **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade Longa Distância Nacional:** estão compreendidas nessa modalidade as chamadas realizadas entre acessos do STFC situados em áreas locais distintas, exceto aquelas entre localidades que têm tratamento local, conforme previsto no Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC; e originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso do SMP ou SME cuja área de registro é diferente da área de numeração do acesso de origem;
- III **Serviço de Longa Distância Nacional, Degraus 2, 3 e 4 :** serviço telefônico fixo comutado (STFC), cujas chamadas são originadas com distâncias geodésicas entre 50 e 100 km (degrau 2); entre 100 e 300 km (degrau 3) e acima de 300 km (degrau 4).
- IV. **Linha Direta:** acesso telefônico que interliga o CONAB diretamente à central da concessionária local de telefonia fixa, sem passar pela central privada do CONAB;
- V. **Perfil de Tráfego:** quantitativo médio estimado, em minutos, por modalidade, de ligações telefônicas efetuadas, em função do tipo de chamada, bem como sua origem e destino;
- VI. **Plano de Serviços:** documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto às suas características, ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização e serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de sua aplicação;
- VII. **Plano Básico de Serviços:** plano de serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os usuários ou interessados no STFC, registrado na ANATEL;
- VIII. **Plano Alternativo de Serviços:** plano opcional ao Plano Básico de Serviço, homologado pela ANATEL, sendo a estrutura de preços definida pela Prestadora, visando a melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento às necessidades do mercado;
- IX. **Região:** divisão geográfica estabelecida no Plano Geral de Outorgas – PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 02 de abril de 1998;
- X. **Serviço Móvel Pessoal (SMP):** é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo;

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

- XI. **Serviço Móvel Especializado (SME):** é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que utiliza sistema de radiocomunicação, basicamente, para a realização de operações tipo despacho e outras formas de telecomunicações;
- XIII. **Setor:** subdivisão geográfica das Regiões definidas pelo Plano Geral de Outorgas, constituída de estados e/ou municípios;
- XIV. **Tarifa de Assinatura:** valor devido pelo assinante em contrapartida da manutenção da disponibilidade do acesso telefônico de forma individualizada para fruição contínua do serviço;
- XIV. **Tarifa de Habilitação:** valor devido pelo assinante, no início da prestação de serviço, que lhe possibilita a fruição imediata e plena do STFC;
- XV. **Tarifa VC-1:** chamadas quando originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso do SMP ou SME cuja área de registro é igual à área de numeração do acesso de origem.
- XVI. **Tarifa VC-2:** chamada originada em acesso do STFC e destinada a acesso do SMP ou SME cuja área de registro (AR) é diferente da área de numeração (AN) do acesso de origem, porém com 1º algarismo do código nacional da AN de origem igual ao 1º algarismo do código nacional da AR de destino;
- XVII. **Tarifa VC-3:** originada em acesso do STFC e destinada a acesso do SMP ou SME cujo 1º algarismo do código nacional da AR é diferente do 1º primeiro algarismo do código nacional da AN do acesso de origem;
- XVIII. **Valor de Comunicação (VC):** designação genérica do valor de uma chamada com 1 (um) minuto de duração;
- XIX. **Valor do Minuto de Tarifação (MIN):** valor da chamada local entre acessos do STFC, com 1 (um) minuto de duração, no horário de tarifação normal, originada ou recebida a cobrar em acesso vinculado a plano básico da concessionária.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 4.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) rege-se, em especial, pelos comandos da seguinte legislação:
 - a) Lei nº 9.472, de 16/07/1997 - Lei Geral de Telecomunicações;
 - b) Decreto nº 6.654, de 20/11/2008 - Plano Geral de Outorgas (PGO);
 - c) Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução ANATEL nº 426, de 09/12/2005;
 - d) Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução ANATEL nº 424, de 06/12/2005;
 - e) Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor; e
 - f) Demais normas regulamentares aplicáveis expedidas pela ANATEL.

5. PERFIL DE TRÁFEGO

5.1. A contratação dos serviços de telefonia será efetivada em função do Perfil de tráfego, apurado nos moldes do art. 6º da Portaria Normativa nº 01, de 06/08/2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

5.2. O Perfil de Tráfego estimado serviu de base para a elaboração do presente Termo de Referência (Projeto Básico) e preenchimento da Planilha de Formação de Preços. Entretanto, não se constituirá em qualquer compromisso futuro para a CONAB, nem limitador dos serviços de telefonia, devendo ser entendido como estimativo e meramente orientativo, para fins de dotação orçamentária e formulação de preços.

5.3. Quando da apuração do Perfil de Tráfego, esta foi realizada de forma a contemplar o horário de expediente normal de funcionamento das Unidades Administrativas envolvidas (entre 8:00 e 18:00 horas), descartando a utilização de períodos que pudessem vir a distorcer a medição.

5.4. Durante todo o período contratual, o percentual de desconto cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os preços dos serviços constantes do seu PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS, aprovado pela ANATEL, ou PLANO ALTERNATIVO ressalvado o disposto neste Edital.

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

5.5. Nos quadros abaixo, por modalidade do STFC, está consignada, em minutos tarifados, a estimativa média **PARA 30 MESES** de consumo da CONAB, calculada a partir do consumo anual dos últimos (02) dois anos.

PERFIL DE TRAFEGO ANUAL - Origem: Santa Catarina – Região II – Setor 18 – SÃO JOSÉ-SC	
STFC – LOCAL	
Tipo de Chamada	Minutos Tarifados
Fixo – Fixo	50.000
Fixo – Móvel (VC-1)	2.400
STFC – LONGA DISTÂNCIA (LDN/LDI)	
Tipo de Chamada	Minutos Tarifados
Fixo – Fixo (Degraus 2,3 e 4)	43.650
Fixo – Móvel Intra Regional (VC-2)	1.800
Fixo – Móvel Inter Regional (VC-3)	300
PERFIL DE TRAFEGO ANUAL - Origem: Santa Catarina – Região II – Setor 18 UA. HD'OESTE-SC	
STFC – LONGA DISTÂNCIA (LDN/LDI)	
Tipo de Chamada	Minutos Tarifados
Fixo – Fixo (DEGRAUS 2, 3, e 4)	5400
Fixo – Móvel Intra Regional (VC-2)	900
Fixo – Móvel Inter Regional (VC-3)	900

5.6. Observações:

- I. Para a Modalidade fixo fixo, considerar o tempo médio de conversação de 2,5 minutos.
- II. Para a Modalidade fixo-móvel, considerar o tempo médio de conversação de 2,0 minutos.
- III. O horário regularmente utilizado para chamadas é das 08 às 18 horas, de segunda a sexta feira;

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão a conta dos recursos consignados no orçamento geral da união, para a Conab, no exercício de 2019, conforme - Programa de Trabalho 086352 – FONTE 025022135 – Natureza de Despesas: 339039 -58 , PI/Adm. Unidade.

6.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a CONAB pela Lei Orçamentária Anual.

7. DAS ESTIMATIVAS DO CUSTO E DOS PREÇOS.

7.1. O valor de referência a ser utilizado no Pregão Eletrônico estimado é de:

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

7.2. Os valores a serem cotados, objeto do presente certame licitatório, deverão ser para o item 1 e item 2 **cujo menor preço por item** será considerada a proposta vencedora;

7.3. Os preços apresentados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tributos, etc.

8. DO REAJUSTE

8.1. As tarifas serão reajustadas de acordo com a variação registrada pela ANATEL através do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses, considerados a partir da assinatura do contrato ou dos reajustes concedidos, em conformidade com os Art. 499 e 500 do RLC-Regulamento de Licitações da CONAB 10.901.

8.2. Na hipótese da ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a contratada deverá repassar à CONAB, a partir da mesma data-base, as tarifas reduzidas.

8.3. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à CONAB, por meio de documento oficial expedido pela contratada.

9. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO.

9.1. O certame licitatório poderá ser na modalidade de Pregão Eletrônico, obedecendo os pressupostos constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC 10.901, localizado no endereço eletrônico: - [http:// www. Conab. Gov. Br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45 _37_rlc_ aprovado_completo.pdf](http://www.Conab.Gov.Br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45_37_rlc_aprovado_completo.pdf). Consulta em: 03/12/2018.

10. DA PARTICIPAÇÃO (Art. 209 do RLC)

10.1. Respeitadas as condições normativas, poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto as condições e especificações, estabelecidas neste Edital e seus Anexos e que estejam obrigatoriamente cadastrados no SICAF – Habilitação Parcial e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

10.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

10.1.2. Para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico que:

10.1.3. Atendeu a todos os requisitos para a habilitação e que a proposta está em conformidade com o exigido no Edital de licitação;

10.1.4. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

10.1.5. A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente;

a) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos; e

b) Está ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

conformidade da proposta, ao emprego de menor ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na lei e no Edital.

10.1.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

10.1.7 Ressalva-se o direito a participação de empresas em processo de recuperação judicial, desde que na fase de habilitação demonstrem viabilidade econômica na execução do objeto contratual, com a devida comprovação legal.

10.2. Estará impedida de participar de certame, os licitantes nas seguintes condições:

- I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CONAB;
- II – suspensa pela CONAB;
- III – declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a CONAB, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV – constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo a sanção; cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo a sanção;
- VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo a sanção;
- VIII – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- XI – a contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- X – a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) dirigente da CONAB;
 - b) empregado da CONAB cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- XI – cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CONAB há menos de 6 (seis) meses.

11. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão demandados nas dependências da CONAB-SC, nas seguintes localidades:

11.1.1. CONAB-SC – Sede São José-SC, CNPJ: 26.461.699/0270-38, Rua Francisco Pedro

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

Machado, S/N - Bairro: Barreiros – CEP: 88.117-402 – Fone: 48 – 3381.7239; e

11.1.2. CONAB – UA/Herval D'Oeste-SC, CNPJ: 26.461.699/0049-25, Rua Dorival de Brito e Silva, S/N, CEP: 89.610-000.

11.2. Caso queira, licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone 048.3381.7239.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

12.1. Com relação aos valores do objeto, será resultado de pesquisa de mercado, que constarão nos autos do processo administrativo, tal medida é condizente com os princípios da publicidade, transparência, contraditório e isonomia (Arts. 5º, caput, LV, e 37, caput, da Constituição Federal);

12.2. Os valores cotados servirão para a composição do preço de referência que balizará o Pregão Eletrônico.

12.3. O critério do julgamento da Proposta será do tipo Menor Preço (Art. 2º do Decreto nº 5.450/2005), sendo que, para seleção da proposta mais vantajosa, o critério adotado será o do menor preço global.

12.4. Na proposta, deverá constar ainda todos os dados da empresa proponente e demais condições.

12.5. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60(sessenta) dias;

12.6. Conter declaração expressa de que todos os custos e despesas legais e/ou adicionais incidentes sobre os serviços, estarão incluídos nos preços

12.7. A falta de tal declaração será considerada como inclusa toda e qualquer despesa, não sendo aceita a inclusão de qualquer valor adicional nos faturamentos decorrentes do objeto deste Termo de Referência e da proposta;

12.8. As propostas deverão conter o preço unitário (em moeda corrente) e total com a descrição detalhada de cada item, identificação do serviço, conforme modelo da planilha constante do Anexo I deste Termo de Referência.

13. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

13.1. Da Habilitação das Propostas.

13.1.1. Os preços apresentados, irão compor a base de cálculo do preço de referência para o Pregão Eletrônico;

13.1.2. As propostas que não atenderem as condições e requisitos constantes dos itens 3 e 7; e Anexo I, serão desclassificadas.

13.1.3. Serão consideradas habilitadas as propostas cuja documentação apresentam a devida regularidade, a saber:

13.1.3.1. Preencher os requisitos constantes deste Termo de Referência;

13.1.3.2. A regularidade com as Certidões cadastrais, tais como:

– Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- Certidão Negativa Improbidade Administrativa – CNJ;
- Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual; e
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

13.1.4. A proposta vencedora do Certame Licitatório, será aquela que apresentar menor preço na prestação dos serviços de telefonia para ambos os locais, especificados no item 3 e Anexo I deste documento.

14. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO.

14.1. De acordo com a dotação orçamentária, item 4 deste Termo, para atender as despesas da prestação dos serviços, a contratação será na firmada mediante contrato.

14.2. A contratação, a princípio, será com prazo de 30(trinta) meses, podendo ser estendida em igual período até totalizar 60(sessenta) meses, em conformidade com os Art. 461 e 462 do RLC-Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB 10.901, de 03/12/2018.

14.2.1. O Contrato poderá ser suspenso, caso a CONAB/Matriz venha firmar contrato de serviço de telefonia em âmbito nacional, que poderá abranger/contemplar também o atendimento dos serviços utilizados pelas Superintendências Regionais, conforme subitem 16.1.1.

14.2.2. Ensejará a rescisão do contrato, por razão de interesse público, a desocupação/desmobilização dos imóveis atrelados à Unidade Armazenadora de Herval D'Oeste, sem qualquer ônus à CONAB.

14.2.3. A prorrogação do referido contrato está condicionado as exigências constantes dos arts. 488 a 497 do RLC-Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB 10.901 - http://www-Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45_37_rlc_ aprovado _ completgov.br pdf. Consulta em: 03.12.2018.

14.3. O contrato deverá ser assinado até o 5º dia útil do comunicado formal à empresa vencedora.

14.4. O início da prestação dos serviços será no dia 20.05.2019, conforme registro constante do item 14.1 deste instrumento.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de referência.

16. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DO NÍVEL DE SERVIÇOS.

16.1 A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui e tampouco reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

16.2. Os valores praticados pela operadora CONTRATADA serão objeto de constante verificação, pelo representante da Administração, assegurando-se de que os preços praticados pela CONTRATADA são vantajosos para a Administração, observadas as peculiaridades do mercado e do contrato celebrado, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas, conforme registrado no Termo de Referência.

16.2.1 A verificação ocorrerá mensalmente, de forma a se obter um histórico comparativo para fins de avaliação quanto à oportunidade e conveniência da manutenção do contrato existente;

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

16.3. Todas as comunicações relativas ao serviço a ser prestado serão consideradas regularmente feitas desde que entregues ou enviadas por carta/ofício protocolada, telegrama, fac-símile ou *e-mail*, devidamente confirmados;

16.4. Para assegurar a disponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço;

17. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

17.1. Da Contratada :

17.1.1 Além das responsabilidades resultantes do RLC – Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB, da Lei nº Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, da Resolução Anatel nº 426, de 9 de dezembro de 2005 e do respectivo contrato de concessão ou termo de autorização assinado com a ANATEL, a CONTRATADA deverá obedecer às seguintes disposições:

- a) Prestar os serviços objeto deste Contrato responsabilizando-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL;
- b) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo máximo estabelecido em regulamento pela ANATEL;
- c) Prestar os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- d) Atender às solicitações, de imediato, corrigindo no prazo máximo estabelecido em regulamento pela ANATEL, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;
- e) Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;
- f) Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;
- g) Repassar à CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados a usuários com perfil semelhante, inclusive os de horário reduzido, sempre que esses forem mais vantajosos do que aqueles ofertados na proposta da CONTRATADA;
- h) Fornecer mensalmente, ou quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por aparelho, conforme determinado pela CONTRATANTE;
- i) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
- j) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- k) Manter durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- l) Prover seus funcionários com equipamentos de proteção adequados à execução dos serviços objeto da contratação, e responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas quando em serviço;

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE;

n) Relatar por escrito ao fiscal do contrato, via carta ou e-mail, toda e qualquer irregularidade observada quanto à execução dos serviços objeto da contratação;

o) Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

p) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

q) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades; além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e as de segurança e medicina do trabalho;

r) Repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;

s) Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;

t) Apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, informações adicionais quanto a comprovação do valor vigente dos preços nas datas da emissão das contas telefônicas;

u) Emitir Nota(s) Fiscal(is) dos serviços efetivamente prestados, apresentado – à CONTRATANTE até 10 (dez) dias, no mínimo, antes da data de vencimento, devidamente detalhada(s) em conformidade com normas da ANATEL, contemplando única e exclusivamente os serviços efetivamente prestados, ficando esclarecido que são vedadas:

v) A apresentação de serviços prestados pela CONTRATADA em documento de cobrança de outra prestadora, exceto se, para qualquer dos casos, for autorizado pela CONTRATANTE;

w) 1.24 A fatura deverá ser mensal e individual por linha, acompanhado do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser emitidas impressas e por meio magnético ou eletrônico, nos termos das normas regulares da ANATEL;

x) Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

y) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

z) Ocorrendo mudanças nos endereços dos locais de prestação dos serviços, ficará a CONTRATADA obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem nas Unidades da CONTRATANTE;

17.1.2. A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

17.1.3. O preposto indicado, deverá atender as consultas formuladas pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 03(três) dias, da data do ato formal.

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

17.4. Das obrigações da CONTRATANTE:

17.2.1. Além daquelas resultantes da observância do RLC – Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901, Publicado em 03 de dezembro de 2018, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) Nomear empregados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, documentar as ocorrências, controlar as ligações realizadas, bem como atestar as notas fiscais/faturas;
- b) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deve ser interrompida;
- c) Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções e alterações do contrato;
- d) Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do respectivo estado de conservação;
- e) Disponibilizar os locais e equipamentos, onde os serviços serão prestados, para visita das prestadoras, mediante prévia solicitação de agendamento;
- f) Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- g) Efetuar os pagamentos devidos e aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- h) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato através de fiscais devidamente designados;
- i) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;
- k) Comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços;
- l) Orientar e ajustar os trabalhos a serem desenvolvidos em conformidade com a Proposta e contrato;
- m) Proceder os pagamentos devidos à CONTRATADA.

18. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS.

18.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada por representante da CONAB, denominado Fiscal do Contrato, devidamente designado para tal fim, nos termos do Artigo Art. 543, § 2º e §8º, do RLC 10.901;

18.2. Sendo identificada cobrança indevida na Fatura/Nota Fiscal de Serviços, o Fiscal poderá, a seu critério, fazer a glosa dos valores indevidos, ou solicitar formalmente à **CONTRATADA** sua reapresentação, com as devidas correções. Nesse caso, novo prazo de vencimento para pagamento deverá ser fixado.

18.3. Os casos não abordados neste tópico serão definidos pela fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.

19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

19.1. O recebimento dos serviços prestados, objeto do contrato, se dará condicionado no documento denominado Relatório de fiscalização de contratos, anexo a este Termo.

19.1.1. No caso de haver qualquer inconformidade na realização dos serviços, a CONTRATADA será acionada para os devidos ajustes/reparos, em prazo pré- estabelecido;

20. DO PAGAMENTO:

20.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, Fatura dos serviços prestados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento.

20.2. O pagamento será efetivado no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento definitivo da Fatura.

20.3. A **CONAB** poderá deduzir da Fatura/Nota Fiscal, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas contratuais ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos das disposições do contrato e da legislação aplicável.

20.3.1. Dos pagamentos a serem efetuados pela CONAB, serão obrigatoriamente retidos na fonte, os tributos e contribuições de que dispõe a Lei nº 10.833 e o Art. 64 e seus §§, da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN nº 1234/2012, quando for o caso;

20.4. A Fatura/Nota Fiscal a ser apresentada deverá compreender, para o período de sua apuração, demonstrativo de utilização dos serviços telefônicos, evidenciando, caso seja possível, para cada linha telefônica, a identificação individual das chamadas de longa distância nacionais realizadas e, indistintamente, das chamadas destinadas a aparelhos móveis, com especificação do horário, tempo de duração e o correspondente valor total tarifado.

20.5 Caso haja possibilidade técnica, o período de faturamento deverá coincidir com o respectivo mês civil, sendo que, no mês de dezembro, deverá se encerrar no dia 31 (trinta e um).

20.6 Os serviços telefônicos objeto deste contrato deverão ser apurados e cobrados dentro do prazo máximo definido em regulamentação específica da ANATEL. Caso os serviços sejam faturados fora do prazo regulamentar, a **CONAB** não estará obrigada a quitá-los.

20.7 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONAB** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira:

20.7.1. Serviços não abrangidos pelo objeto contratual;

20.7.2. Ligações que não foram originadas nos terminais da **CONAB**;

20.7.3. Tarifas maiores que as estabelecidas no contrato; e

20.7.4 Será realizada consulta no **CADIN e ao Sistema de Cadastramento Unificado – SICAF**, para comprovação da validade do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, da Certidão Negativa de Débitos do INSS, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, conforme item 6.3.2. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados, via internet, os respectivos sites dos Órgãos que emitem os documentos supracitados;

20.8. Na hipótese de cobrança indevida de ligações telefônicas, a **CONTRATADA** deverá reapresentar Fatura/Nota Fiscal adequadamente corrigida, isenta dos vícios originais, com a fixação de novo prazo de vencimento para a realização do correspondente pagamento.

20.9 Caso a **CONAB** efetue o pagamento de valores cobrados indevidamente, a **CONTRATADA**, consoante o disposto no art. 98, *caput e parágrafo único*, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução ANATEL nº 426, de 09/12/2005, deverá, no próximo documento de cobrança ou por outro meio indicado pela **CONAB**, promover a devolução de valor igual ao dobro do que se pagou em excesso, acrescido dos mesmos encargos moratórios de que trata a Condição 11 abaixo.

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

20.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONAB**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

20.11. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida e enviada a Conab-SC, endereço Francisco Pedro Machado, s/nº, Barreiros, São José-SC, CEP 88.117-402, da efetiva prestação dos serviços, devendo observar os recolhimentos dos tributos previstos em lei;

20.12. A Contratante reserva-se o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da atestação pelo executor do contrato, os serviços não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto, aceito e contratado;

20.13 Havendo qualquer irregularidade, erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras;

21. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

21.1. O contrato firmado entre a CONAB e a contratada, deverá respeitar, no que couber, os princípios da sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere a:

I – disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços contratados;

II – mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III – utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV – avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V – proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI – acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII – utilização de métodos e equipamentos que causem menor impacto ambiental possível, na execução dos serviços.

22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Pelo não cumprimento total ou parcial do “Contrato” ora assumidas, garantida defesa prévia, Art. 573, e Art. 574 do RLC, a CONAB poderá aplicar as seguintes sanções:

23.1.1. Advertência formal;

23.1.2. Multa moratória de 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato.

23.1.3. Multa compensatória de 5%(cinco) por cento sobre o valor do contrato.

23.1.4. Multa rescisória de 10%(dez por cento) para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual, na forma prevista no contrato.

23.1.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONAB, por até 02(dois) anos, Art. 574 do RLC.

23.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos **graus**, de acordo com as especificações constantes das tabelas 1 e 2, abaixo:

Tabela: 1

GRAU	C O R E S P O N D Ê N C I A
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela: 2

Item	D E S C R I Ç Ã O	GRAU
1	Interrupção na prestação dos serviços, sem comunicação prévia à CONTRATANTE, por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Cobrança por serviços não prestados	03
4	Cobrança fora do prazo estabelecido	02
4	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, até o limite de 24 (vinte e quatro) horas de atraso	02
6	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Art. 585 a 593 do RLC., e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

23.4. De acordo com os Art. 568 e 569 e 570 do RLC – Regulamento de Licitações da CONAB, a rescisão contratual poderá ocorrer nas seguintes situações:

23.4.1. O descumprimento de obrigações contratuais;

23.4.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação, não admitidas neste Termo de Referência e Contrato, sem a prévia autorização da CONAB.

23.4.3. O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do Contrato;

23.4.4. Por ato unilateral e estrito da Conab;

23.4.5. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

23.4.6. Judicial, por determinação judicial.

23.5. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras definidas no instrumento convocatório – Art. 576, 577, 578, 580 a 584 do RLC.

24. DA RESCISÃO CONTRATUAL.

24.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis – Art. 568, do RLC;

24.2. Constituem motivo para rescisão do Contrato, os dispositivos constantes do Art. 569, do RLC;

24.3. A rescisão do Contrato poderá ser de acordo com os dispositivos constantes do Art. 570 do RLC;

24.4. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IX do Título VII deste Regulamento – Art. 570, 571 e na forma do Art. 572 do RLC-Regulamento de Licitação e Contrato da Conab.

25. DO FUNDAMENTO LEGAL

25.1. Os fundamentos legais do presente certame observará o Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC 10.901, disponível no endereço eletrônico http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45_37_rlc_aprovado_completo.pdf. Consulta em 22 de Março de 2018.

26. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

26.1. Caberá recurso, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da data da comunicação do ato, nos casos de: Art. 585 a 593 do RLC.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

27.1. O presente Termo de Referência é parte integrante deste Processo licitatório, o qual foi regido pelo RLC 10.901, disponível no endereço eletrônico http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45_37_rlc_aprovado_completo.pdf. Consulta em 22 de Março de 2018.

28. DOS ANEXOS

28.1. Fazem parte deste termo:

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

- Anexo I – Modelo de propostas
- Anexo II – Relatório de fiscalização do contrato
- Anexo VIII – Matriz de riscos

São José,SC de Abril de 2019

Valmor Luiz Bordin
Téc. Administrativo

LAYO DE JESUS ALVES
Setor Administrativo
Encarregado

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

ANEXO - I

MODELO DE PROPOSTA/COTAÇÃO DE PREÇOS

Nome da empresa: _____ **CNPJ:** _____ **TIMBRE EMPRESA**
Endereço: _____
Validade da Proposta: (mínimo de 60 dias)
Dados bancários: Banco – Agência e C/Corrente.
Responsável para fins de assinatura do Contrato: _____
Contatos empresa, nome, fone e E-mail: _____

a) DAS TARIFAS E PREÇOS

Serviço Telefônico Fixo Comutado, modalidade **Local** (São José-SC):

Item	Tipo	Unidade de Medição	Valor (R\$)
1	Link E1 DDR 2mb 50 canais	Mês	
2	Assinatura DDR 50 canais	Mês	
3	Chamada Fixo – Fixo (intra--rede)	Minuto	
4	Chamada Fixo – Fixo (extra-rede)	Minuto	
5	Chamada Fixo - Móvel (VC-1)	Minuto	
6	Chamada Fixo – Fixo (degraus 2,3, e 4)	Minuto	
7	Chamada Fixo/Móvel (VC-2, VC-3)	Minuto	

b) Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade **Longa Distância Nacional** (Herval D'Oeste-SC):

Item	Tipo	Unidade de Medição	Valor (R\$)
1	Assinatura DDR 5 canais	Mês	
3	Chamada Fixo – Fixo (degraus 2,3,e 4)	Minuto	
4	Chamada Fixo/Móvel Intra Regional (VC-2, VC-3)	Minuto	

3.1. Nas tarifas e preços registrados nos quadros acima, estarão inclusos:

3.1.1.Os descontos ofertados pela **CONTRATADA** em sua proposta;

3.1.2.Os impostos e contribuições que legalmente incidem sobre a prestação dos serviços contratados; e todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e comerciais, bem como quaisquer outras despesas imprescindíveis à prestação dos serviços.

3.1.3.As tarifas e preços contratados se vinculam ao Plano (*Básico ou Alternativo*) de Serviços da Operadora.

Observações:

- Componentes do objeto licitado;
- Os preços apresentados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tributos, etc.
- Constituindo assim, a única remuneração pelo objeto a ser adquirido.
- Assinatura representante legal Carimbo da empresa

Conab – Sureg-SC	
Processo: 21200.000023/2019-97	
Folha	Rubrica

ANEXO - II

MODELO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Mês:		Ag. Fiscalizador:		Processo:	
Nº do Contrato:		Vigência:		Contratada/CNPJ:	

Termo Aditivo nº:		Vigência:	
-------------------	--	-----------	--

Objeto do Contrato:

Data:

1 – Situação de regularidade perante o Cadastro de Inadimplentes – CADIN e Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, CNJ e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Sim ()	Não ()
2 – Houve alguma ocorrência com relação a execução do contrato no mês:	Sim ()	Não ()
2.1 – Se Sim, determinar e relacionar as medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, bem como à regularização das faltas, defeitos ou incorreções observadas:		
R:		
3 – As notas fiscais/faturas, correspondente a etapa do contrato estão sendo atestadas pelo Fiscalizador:	Sim ()	Não ()
3.1 – Se Não, informar o porquê?	Sim ()	Não ()
R:		
4- O Contrato e Serviços estão sendo executados dentro da regularidade?	Sim ()	Não ()
	Sim ()	Não ()

Agente Fiscalizador